

Paratextos editoriais em livros portugueses de “ensino” no século XVIII

Editorial Paratexts in 18th Century Portuguese “Teaching” Books

Cláudio DeNipoti

Universidade Estadual de Londrina, Departamento de História, Centro de Letras e Ciências Humanas. Londrina, PR, Brasil.

denipoti@uel.br

<https://orcid.org/0000-0002-0862-5203>

Resumo: O foco deste estudo são os livros e métodos de ensino publicados em Portugal no século XVIII, em diversas edições e reedições até meados do século seguinte, com ênfase, mas sem exclusividade, no ensino da língua portuguesa. O estudo busca perceber, por meio dos paratextos prefaciais, as flutuações de conteúdo, provocadas por uma diversidade de fatores, como o impacto geral do Iluminismo, que propõe novas visões de mundo a partir da “educação”, e, em particular, as reformas Pombalinas em Portugal, que provocaram a expulsão dos Jesuítas em 1759, além do uso do livro, feito por Pombal e seus sucessores, para criar instituições voltadas à educação, em um sentido muito amplo.

Palavras-chave: Livros de ensino portugueses; Paratextos prefaciais; Século XVIII.

Abstract: The focus of this study is on the textbooks and teaching methods published in Portugal in the 18th century, in various editions and re-editions until the middle of the following century, with an emphasis, but not exclusively, on the teaching of the Portuguese language. The study seeks to understand, through the prefatory paratexts, the fluctuations in content, caused by a variety of factors, from the impact caused by the Enlightenment in general, which proposed new worldviews based on “education” and, in particular, the Pombaline reforms in Portugal that led to the expulsion of the Jesuits in 1759 and the uses of the book, made by Pombal and his successors, to create institutions focused on education, in a very broad sense.

Keywords: Portuguese textbooks; Prefatory paratexts; 18th century.

Para iniciarmos, é difícil falar de um “mercado” editorial português ao longo do século XVII, até a primeira metade do século XVIII, seguindo os parâmetros iniciais de uma história do livro conforme a tradição francesa capitaneada por Henry-Jean Martin e Lucien Febvre em meados do século passado.¹ Isto não significa que não havia produção (em sentido amplo), comércio e circulação de livros portugueses no espaço europeu e no Império Ultramarino, mas significa que os agentes do livro (livreiros e impressores, principalmente) nesse tempo e espaço não podiam, ainda, serem designados como “editores”, na definição dada por Roger Chartier, de uma

[...] figura – geralmente malvista – que entrará em cena para editar, contrafazer, publicar, imprimir ou alterar as obras, inclusive algumas que se transformaram em clássicos universais que merecem estudo, dada a quantidade de versões e edições que acumulam.²

Então, ainda que houvesse uma enorme quantidade de “livreiros”, especialmente de origem francesa³ a partir da década de 1740, e “impressores”, o editor, com o papel desenhado por R. Chartier, vai se manifestar no trabalho do Frei Veloso na Casa do Arco do Cego (1799-1801)⁴ e, principalmente, na atuação de Francisco Rolland.⁵ Não obstante, é possível verificar, no período, uma intensa “ação editorial” por meio da publicação de obras originais ou da tradução de livros publicados fora de Portugal, particularmente na França (ou em francês).

O foco deste estudo, no âmbito dessa atividade editorial, são os livros e métodos de ensino publicados ao longo do século XVIII, com diversas edições e reedições até meados do século seguinte, com ênfase, mas sem exclusividade, no ensino da língua portuguesa. Obras cujos títulos contêm os termos “gramática”, “ortografia” e “dicionário” são acompanhadas, no universo editorial, por “Apontamentos”, “Instrução”, “Método”, “Novo Método”, “Tratado”, “Breve Tratado”, “Arte”, “Compêndio”, entre outros (embora quase nunca “Manual” nesse recorte temporal). Esses títulos convivem com outros, mais originais e

¹ Henry-Jean Martin e Lucien Febvre. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.

² Roger Chartier. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

³ Francisco da Gama Caeiro. “Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 35 (1980).

⁴ José Newton de Meneses. “Rotas de saberes entre Europa e Américas e a edição de livros técnicos de agricultura no mundo luso-brasileiro do século XVIII e início do séc. XIX”. *RILP: Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 28/29 (2015), pp. 99-119.

⁵ Cláudio DeNipoti. *Um livro sobre livros: Cultura escrita em Portugal e no Brasil (1770-1820)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022, pp. 87-112.

reconhecidos, como *O perfeito pedagogo*⁶ (publicado em 1782 e reeditado em 1786 e 1816) e o *Secretário Português* (cuja edição original é de 1746, com sete reedições até o fim do século XIX).⁷

	Primeiras Edições	Reedições
1720-1729	03	01
1730-1739	04	--
1740-1749	07	01
1750-1759	03	04
1760-1769	08	04
1770-1779	06	09
1780-1789	17	16
1790-1799	22	09
Total	70	44

Tabela 1 – Livros de ensino e gramáticas publicados e/ou traduzidos em Portugal e no Brasil 1720-1799. Fontes: Biblioteca Nacional. Acervo. Disponível em:

https://acervo.bn.gov.br/sophia_web. Acesso em 8 de janeiro de 2026; Bibliothèque Nationale de France. Catalogue General. Disponível em:

<https://catalogue.bnf.fr/index.do>. Acesso em 8 de janeiro de 2026; Alfredo do Valle Cabral. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881; LUSODAT - Base de dados sobre História da ciência, da medicina e da técnica em Portugal e no Brasil do Renascimento até 1900. Disponível em:

<https://www.ghc.usp.br/lusodat.htm>. Acesso em 8 de janeiro de 2025; PORBASE/Base Nacional de Dados Bibliográficos de Portugal. Disponível em:

<https://porbase.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=>. Acesso em 8 de janeiro de 2025; Innocencio Francisco da Silva. *Dicionário bibliografico português*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1858-1888. 18 v.; Maria José Salema. "Manuais para o ensino/aprendizagem do Francês de 1732 a 1890". *Forum*, 28 (2000), pp. 71-112.

O estudo busca perceber as flutuações quantitativas e de conteúdo provocadas por uma diversidade de fatores, a começar pelo impacto provocado pelo Iluminismo em geral, que avançou novas visões de mundo a partir da "educação". Fazem parte desse esforço as reformas Pombalinas em Portugal, que provocaram a expulsão dos jesuítas em 1759 e que tiveram como efeito adicional desmontar o principal sistema de ensino existente no império lusitano, e o uso feito por Pombal e seus sucessores de ideias e livros para criar instituições voltadas à educação, como a Real Mesa Censória, que, além dos livros em geral, também era responsável pela seleção e nomeação dos professores régios. Podemos incluir aqui a criação da Aula do Comércio de Lisboa (1759), a reforma da Universidade de Coimbra nos moldes de uma "nova

⁶ Joao Rosado de Villa-Lobos Vasconcelos. *O perfeito pedagogo, na arte de educar a mocidade. Em que se dão as regras da Policia, e Urbanidade Christã, conforme os usos, e costumes de Portugal*. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, 1782.

⁷ Francisco José Freire. *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas por meio de huma instrucção preliminar: regras de secretaria; formulario de tratamentos, e hum grande numero de cartas de todas as especies...* Lisboa: na Officina de Domingos Gonçalves, 1746.

ciência” (1772), a criação do Real Colégio dos Nobres (1766), da Real Academia dos Guardas-Marinha (1782) — que, ainda que posterior ao período pombalino, adere ao mesmo tipo de lógica e serve como sintoma do argumento sobre o “continuismo” do pombalismo até o início do século XIX —, e, mais diretamente relevante para este trabalho, o incentivo à publicação de livros/manuais de ensino sobre as diversas “matérias” que compunham as diversas etapas da educação formal, bem como práticas educativas diversas do período.⁸

Em termos quantitativos, podemos verificar o incremento editorial na Tabela 1.

Essa pesquisa deriva diretamente de uma anterior que tentou compreender o empenho oficial (mais especificamente, da Real Mesa Censória) sobre a consolidação de uma ortografia e uma gramática únicas para a língua portuguesa e sobre os debates relativos à influência da língua francesa nas publicações ibéricas do século XVIII.⁹ O estudo parte, então, de um elenco abrangente, mas não exaustivo, de obras publicadas no século XVIII, construindo inicialmente a hipótese de que há um aumento significativo desse tipo de obra no período em foco, com vários desses livros ou livretos com uma longa vida editorial (segundas e terceiras edições, “nova edição” etc.). A provocação principal (ou, para os seguidores de Marc Bloch, o problema) é: o que isto significou? Pode ser pensado como mera resposta ao estímulo monárquico de um ensino não jesuíta? Quais outros fatores podem ser considerados para uma análise coletiva dessas obras? Para obter respostas, será necessário um estudo mais detalhado, feito principalmente a partir dos paratextos editoriais.

Embora um primeiro passo — que continua sendo dado — do trabalho tenha sido tentar entender o volume e a intensidade do comércio de livros contabilizando edições e/ou traduções apresentadas, o foco agora serão os paratextos editoriais na forma de prefácios, avisos ao leitor, prolegômenos, “prefações” etc.

Presentes em uma parte dos livros enfocados nesta pesquisa¹⁰ e, em sua maioria, escritos pelos próprios autores dos livros, os prefácios podem ser definidos como “toda espécie de texto liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste num discurso produzido a propósito do texto que segue ou antecede”,¹¹ sendo uma “zona indecisa” entre o que é o conteúdo

⁸ Ver: Antonio Cesar de Almeida Santos. “Decoro”. *CEIbero-Cultura e educação nos impérios ibéricos*, 1 (2025), pp. 73-83.

⁹ Cláudio DeNipoti. “Os torpes Gallicismos, que hoje a feyão muitas traducções”: a influência da língua francesa nas traduções ibéricas da virada do século XVIII para o XIX”. *Revista Brasileira de História*, 43 (2023), pp. 93-114.

¹⁰ Foram localizados cerca de 20 paratextos desse tipo, em um universo de 70 primeiras edições e 44 reedições dos livros do *corpus* definido (manuais, e métodos de ensino etc.).

¹¹ Gérard Genette. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 145.

do livro propriamente dito e as diversas e complexas relações de lugar social e de produção do texto.¹²

Pensados em termos de sua “força ilocutória” contendo informação, intenção ou interpretação autoral quanto ao livro prefaciado, esses paratextos estão imersos em sua “condição pragmática”, que inclui o grau de autoridade, real ou pretendida, do autor sobre o tema, permitindo inferir o valor “atribuído” à obra pelo redator do paratexto.¹³ Por outro lado, é mais importante para este estudo o “destinatário” do paratexto, o leitor. Sendo fiéis à tríplice origem dos estudos sobre leitores formada pela crítica textual, bibliografia crítica e história cultural, podemos partir do pressuposto de que “não existe a compreensão de um texto [...] que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor”.¹⁴ Não temos, nesta pesquisa, acesso a dados concretos sobre o leitor contemporâneo — ou o “leitor real” — dos textos, exceto em formas fragmentadas também expressas textualmente, mas podemos trabalhar, nos prefácios, com algumas categorias derivadas da estética da recepção que permitam visualizar algumas categorias de leitores.

O “leitor implícito”, teorizado por Wolfgang Iser, é a primeira ideia a vir à mente, pois permite “descrever as estruturas gerais de efeitos de textos ficcionais”.¹⁵ Percebida como “uma referência de sistemas de textos, cujo pleno sentido se alcança pelo processo de atualização sobre ele realizado”,¹⁶ essa categoria carrega todo o repertório referencial de um texto. Porém, no caso em foco, dada a peculiaridade dos paratextos e a variedade temática das obras coletadas, buscar essa categoria extrapola os limites do trabalho.

O leitor ideal é outra forma de pensarmos a recepção das obras em foco, uma vez que é uma certa apropriação weberiana da ideia de leitor, sem existência concreta e, mais provavelmente, uma projeção do próprio autor. Como tal, ele pode ser buscado nos paratextos prefaciais como construção textual, mas sempre como construção fictícia do autor.¹⁷

O conceito que parece mais adequado a esta pesquisa, associando o debate sobre os paratextos à “sociologia da recepção”, é o de “leitor intencionado”. Erwin Wolff refere-se a ele como a “reconstrução da ‘ideia de leitor’ que se formou na ‘mente do autor’”:¹⁸

¹² Michel de Certeau. “A Operação Historiográfica”. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, pp. 56-104.

¹³ Gérard Genette. *Paratextos editoriais*, op. cit. pp. 15-16.

¹⁴ Roger Chartier. *A ordem dos livros*. Brasília: UNB, 1998, p. 17.

¹⁵ Wolfgang Iser. *O ato da leitura*. São Paulo: Editora 34, 1996, v. 1, p. 78.

¹⁶ Arnon Tragino. O leitor, a leitura, o livro e a literatura na estética da recepção e na história cultural”. *Revista Mosaicum*, 18 (2013), p. 25. Disponível em: <https://literaturaeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/O%20leitor%2C%20o%20livro%2C%20a%20leitura%20e%20a%20literatura%20na%20Est%20C%20tica%20da%20Recep%20C%20A%20o%20e%20na%20Hist%20C%20ria%20Cultural%20-%20artigo%203.pdf>. Acesso em de 29 março de 20225.

¹⁷ Wolfgang Iser. *O ato da leitura...*, op. cit. p. 66.

¹⁸ *Idem*, p. 71.

Essa imagem do leitor intencionado pode manifestar-se de formas diferentes no texto: pode ser a cópia do leitor idealizado [...]; pode manifestar-se nas antecipações maciças de normas e valores dos leitores de outros séculos, na individualização do público, em exortações para o leitor, nas designações de atitudes, em intenções pedagógicas e na exigência de suspender a descrença no ato da leitura [...]. Desse modo, o leitor intencionado, enquanto ficção de leitor no texto [...], mostra tanto as ideias do público de outros séculos, quanto o esforço do autor de ora aproximar-se delas, ora responder a elas.¹⁹

Buscar nos paratextos o “leitor intencionado”, com todas as possibilidades de discursos normativos, dado o recorte temático do *corpus* documental, se torna, assim, o principal objetivo deste trabalho. Os prefácios, destinados eminentemente ao “leitor”, vagamente definido como “o público” da obra,²⁰ serão esmiuçados em busca desse “leitor intencionado”, bem como das formas de representar elementos fundamentais desse público (em especial, ideias relacionadas a infância, educação, “luzes” etc.).

Cumpre, feitas estas considerações e antes de continuar, tentar compreender o termo “ensino”, devidamente relativizado por aspas aqui e no título deste trabalho. A ideia de educação permeia o século como tendo a

[...] missão de “modelar uma nova humanidade” conforme expressão de Condorcet. Nesta perspectiva universalista e ilustrada, a educação seria um instrumento para a organização harmoniosa da sociedade por meio da disseminação de valores e normas de comportamento.²¹

Ideias de educação e ensino eram tributárias dessa perspectiva, e os temas educacionais, pensados nesses termos de remodelação social, se tornaram recorrentes na produção editorial do século XVIII e se intensificaram no final do século, tornando-se um acontecimento bastante comum ao longo do século seguinte, com novas e, em alguns casos, revolucionárias teorias sobre o processo educacional, além de incontáveis “métodos” e modelos de ensino das várias disciplinas. Os livros focados nesta pesquisa podem ser chamados de “ensino” neste sentido amplo. Como esses temas foram abordados nos paratextos também é objeto de interesse aqui.

Para o século XVIII, localizamos 70 títulos que se adequam a essas definições mais genéricas, girando em torno de temas educacionais, indo desde normas para a língua portuguesa ou latina, livros que podem ser considerados como “de primeiras letras”, na expressão contemporânea, até manuais de

¹⁹ *Idem*, p. 71.

²⁰ Gérard Genette. *Paratextos editoriais*, op. cit. p. 15.

²¹ Thais Nivea de Lima e Fonseca. “Educação/instrução”. *CEIbero-Cultura e educação nos impérios ibéricos*, 1 (2025), pp. 102-116.

civilidade, de ensino de matemática, e de (um neologismo de época) educação física. Deste total, cerca de 20 obras têm paratextos prefaciais que serão analisados aqui.²²

Começamos pela ideia de leitor intencionado. Como era o leitor visado pelos autores dos paratextos (que nem sempre eram os autores dos textos)?

João de Moraes Madureira Feijó, na sua *Ortografia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa*, publicada originalmente em 1734 (reeditada em 1739, 1781, 1786 e diversas vezes no século seguinte),²³ intencionava dialogar com o “leitor sábio e entendido”, pensando, em seu “Prolegômeno necessário ao leitor e indicativo de toda a obra”, que o leitor poderia compreender o livro “sem o trabalho de [o] ler”, pois o paratexto podia permitir ao leitor ter o conhecimento necessário sobre a “sua utilidade para a estimação ou da sua inutilidade para o desprezo”.²⁴

De forma semelhante, o autor (anônimo) da *Instrução de principiantes, e novo método de se aprenderem as primeiras letras para o uso das escolas da Congregação do Oratório...*, obra de 1750 (reeditada em 1780 e 1793), fala com um leitor responsável pelo ensino das primeiras letras, referindo-se sempre àquilo que “os principiantes” ganham no processo:

[...] porque a lição da letra redonda põe expeditos os principiantes para lerem muitos livros, pelos quais se adquire erudição; e com esta, mais facilidade para conhecer depois pelo contexto as letras, e palavras, que encontrarem mais embaraçadas na letra de mão; que é o modo ordinário, de que nos valem para conhecer os caracteres mais embaraçados.

[...]

E deste modo se começará a desterrar a geral ignorância, com que passam os principiantes a primeira idade; faltando-lhes depois ou a curiosidade, ou a ocasião de aprender estas notícias; e ficando assim toda a vida e só cheios de espécies de demandas, que lhes deixam as sentenças, que os obrigam a ler: abuso, que estranhão muitos autores, desejando que se lhes ponha remédio.²⁵

²² A lista completa das obras analisadas aparece ao fim do trabalho sob o cabeçalho “fontes”. Para facilitar a leitura, a grafia das citações foi atualizada no texto, mas mantida nas referências bibliográficas.

²³ Maria Filomena Gonçalves. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*. [S. l.]: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1992, p. 46.

²⁴ João de Moraes Madureira Feijó. *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portuguesa: para uso do excellentissimo Duque de Lafoens...* Lisboa Ocidental: na Officina de Miguel Rodrigues, 1734.

²⁵ *Instrucção de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras para o uso das escolas da congregação do Oratorio na casa de N. Senhora das Necessidades. ordenado pela mesma congregação*. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1750, pp. vi-vii.

O autor da tradução (atribuída a Luis Antonio Verney) da *Gramática latina tratada por hum método novo, claro, e fácil para uso daquelas pessoas que querem aprendê-la brevemente e solidamente*, publicada em 1758, com mais quatro reedições até o fim do século, buscava identificar-se com um leitor que não queria ler “um grande elogio do Autor do livro, que agora te ofereço traduzido, e da utilidade da sua obra”. Na verdade, ele tinha como leitor intencionado alguém “bem informado destes estudos”, que não necessitava deles, mas que encontraria todo o necessário na introdução do autor, que colocou “ao princípio, a qual te servirá de prólogo: e sem a qual não se pode entender bem o sistema do livro”.²⁶

O recurso retórico à cumplicidade entre o autor do paratexto e seu leitor intencionado deve ser considerado como uma estratégia do autor para a mais fácil aceitação e circulação de seus textos, particularmente na sociedade da corte portuguesa, cujas ondas de aceitação e rejeição eram movidas pelo boato e pela intriga. Enquanto o anônimo da citação anterior buscava uma identidade entre si e outros “especialistas” face aos “principiantes”, às vezes essas identidades eram manifestadas como concordância de opiniões entre autor e leitor. O frei Luiz de Monte Carmelo, autor de um *Compêndio de ortografia* (publicado em 1767), buscava apaziguar um leitor abstrato sobre o “fraudulento rumor”, que visava, na corte, desvalorizar o mérito do livro “sem justo exame precedente”:

Divulgou-se pois, que este Livro consistia inteiramente de uma grande Coleção de todas as Dicções chulas, (as quais os ignorantes julgam que são obscenas) e daqueles Termos antigos, e antiquados, e Plebeus, que significam coisas indecentes, e por isso indigna do meu Estado, e perniciosa ao Bem comum. Eu cordialmente perdoos aos primeiros abomináveis inventores desta falsidade, ou calúnia; e já sei, que lhes perdoam também os gravíssimos e doutíssimos Censores, dos quais uns por minha dócil instância, outros por seu Ofício, leram, e aprovaram este Compêndio, como obra utilíssima. Assim se conduzem eles certamente; porque pela sagrada Profissão, que todos fizemos no Batismo, devemos amar com Caridade Teológica aos inimigos, perdoar-lhes as injúrias, e ainda fazer bem aos que injustamente nos perseguem.²⁷

Leitor e autor (e os censores) são cúmplices de leitura, e a cumplicidade persiste ao criticar os que disseminaram o rumor sem ter feito a leitura da obra, ao mesmo tempo que o autor busca induzir à leitura do livro segundo suas ideias

²⁶ Luis Antonio Verney [Atribuído]. *Grammatica latina tratada por hum methodo novo, claro, e facil para uso daquelas pessoas que querem aprendê-la brevemente e solidamented*. Barcelona: [s. n.], 1758.

²⁷ Luís de Monte Carmelo. *Compendio de orthografia*, Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767, “Prólogo apologético”.

originais de “instruir algumas pessoas na ortografia moderna, e reta pronúncia da nossa Língua”.²⁸

O *tropos* da crítica infundada ou da censura prévia é recorrente nos paratextos. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, que mais tarde fundaria o jornal *O Patriota* no Rio de Janeiro, traduziu e publicou, em 1800, o *Curso elementar e completo de matemáticas puras*, de Nicolas-Louis de La Caille, e, no prefácio, reclamava que “[e]sta tradução ainda não tinha visto a luz, e já por uma fortuna incompreensível contava inimigos. Tal a censurava, que ainda não havia lido a primeira linha. A juízes desta natureza que poderei responder!”.²⁹ Ele continuou o prefácio com outro *tropos* recorrente — o do *labor* da escrita:

Tão pouco sensível às censuras destes, como aos elogios não merecidos com que outros me distinguem, direi simplesmente, que as obrigações de Alumno da Real Academia da Marinha, e o desvelo com que sempre as desempenhei muito melhor do que permitiam minhas acanhadas forças, crescendo à pensões não medíocres, e capazes de fazer curvar os ombros mais robustos, ocupavam de tal sorte o tempo, que me foi necessário furtar algumas horas ao descanso para fazer esta tradução.³⁰

Ele continuou elencando os obstáculos, dizendo que a edição utilizada para a tradução era de “mau-caráter e papel”, além de acumular erros que “não me custaram pequeno trabalho” na consulta a edições raras e difíceis de encontrar, ou na execução de “cálculos fastidiosos e longos”.³¹

Era comum o recurso a estratégias que estabelecessem laços de empatia com seus leitores, buscando forjar identidades baseadas em um “esforço” intelectual, do qual resultaram os livros publicados. No prólogo de sua *Ortografia da língua portuguesa*, de 1783, Francisco Félix Carneiro Sotomaior alertou seus leitores que não havia coisa “mais trabalhosa” que a escrita de um livro, “principalmente em uma matéria, que mais é fundada nos princípios da boa razão”. Ele acrescentou ainda que era normal que “os homens sábios” não publicassem suas obras “só por se não exporem à mordacidade dos Zoilos”. Contudo, se todos fizessem isso, “estava acabada a República das letras”.³² Bento de Sotomaior e Menezes, por sua vez, em seu *Compêndio retórico, ou arte completa da retórica*, de 1794, também enfatizou, no “Prolegômeno ou prólogo”, o processo laborioso de escrita como forma de buscar empatia de seu

²⁸ *Idem*.

²⁹ Joseph François Marie. *Explicação da formação e uso das taboas logarithmicas e trigonometricas*. Trad. Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Lisboa: Off. Patriarc. de João Procópio Correa da Silva, 1800, p. x.

³⁰ *Idem*.

³¹ Nicolas-Louis de La Caille. *Curso elementar e completo de mathematicas-puras*. Trad. Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Lisboa: na Officina Patriarcal de João Procópio Correa da Silva, 1800.

³² Francisco Sotomaior. *A orthographia da lingua portugueza, ou regras para escrever certo*. Lisboa: na Officina de Luiz Ameno, 1783.

leitor, afirmando ter se sacrificado ao “dirigir” o estudo de seus filhos — processo que gerou a obra — “até serem instruídos na Gramática Latina, quanto bastasse para poderem aplicar-se a mais sublimes faculdades”. Ao colher as recompensas, ele resumiu os bons resultados (e os componentes do que era considerada uma “boa” educação):³³

O Céu abençoou minhas laboriosas fadigas: porque tive o justo prazer de ver, que na leitura expedita, na escrita regulada, nos Elementos da Aritmética, e na boa inteligência do Latim, lhes não eram vantajosos, os que estudavam com eruditos Professores. Porém faltavam-lhes as razões da nobre Arte da Eloquência que ensina a expor com energia, e boa ordem os próprios sentimentos, que se pretendem ensinar aos demais.

Em seu *Exame crítico das regras da ortografia portuguesa*, de 1790, Francisco Nunes Cardozo criou uma metáfora para enfatizar o esforço intelectual envolvido em criar o livro: “trepei o mais que pude desde a Raiz até os mais altos ramos, para colher o fruto de que me havia persuadido precisava a minha Nação”, enfatizando que, mesmo que não tenha atingido plenamente seus objetivos, “sempre o sacrifício será premiado, porque a boa intenção do trabalho é a que lhe dá o merecimento”.³⁴ No “Prólogo” da mesma obra, ele usa o recurso de buscar o julgamento dos leitores, dizendo que “nada posso fazer, sem saber se o público aprovará pela parte da Ortografia um sistema inteiramente novo: Se o receber, então, escreverei de ambas as Artes”. Pedro José de Figueiredo, em sua dedicatória ao Príncipe da Beira³⁵ da *Arte da gramática portuguesa*, publicada em 1799, com reedições em 1804, 1817 e 1827, buscou se diminuir para demonstrar o nível do esforço despendido:

[...] e eu não presumia tanto de meu baixo engenho, que esperasse sair esta, ainda que pequena em seu gênero, digna, e merecedora de tamanha honra. Depois que a tive acabada ainda duvidei por algum tempo tomar a ousadia de a oferecer a VOSSA ALTEZA, e então muito mais o temia fazer á visa das muitas faltas, e imperfeições, que nela ia descobrindo, e não acertava a emendar.³⁶

³³ Bento Rodrigo Pereira de Sotomaior e Menezes. *Compendio rethorico, ou arte completa de rhetorica: com methodo facil, para toda a pessoa curioza, sem frequentar as aulas, saber a arte da eloquencia...* Lisboa: na Officina de. Simão Thaddeo Ferreira 1794, pp. iii-iv.

³⁴ Francisco Nunes Cardozo. *Exame critico das regras da orthografia portugueza, mais acrescentado, e a que tambem se ajunta a arte da mesma orthografia conforme o novo systema*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790.

³⁵ Francisco António Pio de Bragança, primogênito de D. João e Carlota Joaquina, que contava 4 anos quando da publicação do livro, e que morreria poucos anos depois, em 1801.

³⁶ Pedro José de Figueiredo. *Arte Da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil, e claro para uso do Collegio Real dos Nobres e do Seminario do Patriarcado*. Lisboa: Imprensa Regia, 1799.

Os paratextos também buscam incitar sentimentos de mudança nos leitores pretendidos, e as obras são, frequentemente, descritas como inovadoras ou superiores às suas antecessoras no mesmo tema, sugerindo uma relação entre o “moderno” em oposição ao “antigo”, tão caro ao Iluminismo. Bernardo de Lima e Melo Bacelar, em sua *Gramática filosófica e ortografia racional da língua portuguesa*, de 1783, usou desse tipo de argumento ao prefaciар seu trabalho, explicando que o conhecimento das regras “nos seus respectivos lugares” era fundamental para a clareza da língua³⁷. Segundo ele: “isto não se alcança pelas Gramáticas, que até o presente tem saído”, marcando seu texto como novidade.³⁸

A empatia com as crianças submetidas aos processos educacionais aparece frequentemente nos paratextos como mais uma estratégia de aproximação entre o leitor pretendido e os autores dos textos. Não se tratava de uma preocupação nova, pois ela apareceu já nos *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre*, de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, publicado em 1734, em cujo prólogo ele justificava que

[A] obrigação de cuidar antecipadamente na educação dos meus filhos, me encaminhou à lição dos melhores escritores, que trataram esta importante matéria, e desejei traduzir em vulgar algum, que lesse com atenção que me havia de ajudar [...].³⁹

Na “Dedicatória à Crítica Portuguesa” de seu *Exame crítico...*, Francisco Nunes Cardoso afirmou que “as muitas lágrimas, que todos sabemos padecem os inocentes no ensino de ler, foram os motivos que me moveram a invenção de uma Arte, e os embaraços que encontrei me obrigaram a escrever de duas”.⁴⁰ Francisco de Melo Franco, no prefácio de seu *Tratado de educação física*, de 1790, associava essa empatia à experiência pessoal “como médico e pai de famílias” para verificar que “em Portugal há abusos, e desvarios no modo de tratar as crianças”.⁴¹ Noutra obra dedicada à educação física, o tradutor Luiz Carlos Moniz Barreto reforçou essa busca por novos métodos, movido pelo desejo de “acertar na Educação dos próprios filhos”. Em sua “Prefação do tradutor” para o *Tratado da educação física, e moral dos meninos de ambos os sexos* de Joly de Saint-Valier, publicado em 1787, ele explicava ao leitor como a obra poderia proporcionar material educacional válido:

³⁷ Livia de Melo. “A gramática filosófica de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783)”. *Confluência*, 59 (2020), pp. 166-176.

³⁸ Bernardo de Lima e Melo Bacellar. *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portuguesa...* Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.

³⁹ Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. *Apontamentos para a Educação de Hum Menino Nobre*. Lisboa Occidental: na, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

⁴⁰ Francisco Nunes Cardozo. *Exame critico das regras da orthografia portugueza...*, op. cit. p. 4.

⁴¹ Francisco de Melo Franco. *Tratado da educação fysica dos meninos: para uso da nação portugueza*. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1790.

Ela parece-me interessante, não só por compreender em resumo o essencial do que sobre a Educação física e moral da mocidade difusamente escreveram Lock, Buffon, Rousseau, e outros, cujas opiniões em semelhante assunto são textos, e fontes originais; mas também porque as seguras “Observações do Autor”, e sua larga experiência, adquirida nas viagens, e prática do mundo, na leitura e meditação dos Livros, e sobretudo no ensino, e Educação dos seus próprios filhos, lhe descobriram, se não engano, algumas veredas novas, e dignas de serem trilhadas pelos pais de famílias, na educação dos seus filhos; e principalmente merece ser adotado o meio, que propõe de uma boa, e completa Educação das meninas para remédio, e emenda da quase geral ignorância das mulheres [...].⁴²

Um último exemplo vem dos *Rudimentos da Gramática Portuguesa*, de Pedro José da Fonseca, que pretendia fazer com que os estudos de gramática portuguesa fossem os primeiros a serem ministrados em relação aos outros estudos “que convém aos primeiros anos da vida”. De acordo com o autor, o aprendizado de outros “idiomas estranhos, principalmente as do Latim” seria mais fácil, pois “assim o julga sabiamente Mr. de Condillac”.⁴³

Usando, portanto, desses recursos, os autores tentavam incluir o leitor intencionado em suas próprias histórias pregressas, como Antônio José dos Reis Lobato, na sua *Arte da Gramática...*, de 1770 (dedicada ao conde de Oeiras, com 3 reedições no século XVIII e outras 18 no século seguinte), que abriu sua “Introdução...” dizendo que “a muitos parecerá desnecessária a presente Gramática, por entenderem que para se falar perfeitamente a língua Portuguesa, basta somente o uso, sem necessidade de recorrer a regras” para, em seguida, esclarecer que “por duas razões se faz indispensavelmente precisa a notícia da Gramática da língua materna: primeira, para se falar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da língua, que se fala usualmente”.⁴⁴

O autor anônimo dos *Apontamentos gramaticais e filológicos*, de 1787, foi mais além, afirmando, no “A quem ler”, que prefacia a obra apenas atender às necessidades dos leitores, pois seu livro não se propunha ser mais uma gramática, “nem hoje é necessário já publicar alguma, depois que tantas se tem impresso”. Ele decidiu publicar o livro, pelo “zelo de comunicar aos meus

⁴² Joly de Saint-Valier. *Tratado da educação fysica, e moral dos meninos de ambos os sexos*. Trad. Luís Carlos Moniz Barreto. Lisboa: na Officina da Ac. Real das Sciencias, 1787.

⁴³ Pedro José da Fonseca. *Rudimentos da Grammatica portugueza*. Lisboa:, na Officina. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

⁴⁴ Antonio José dos Reis Lobato. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, MDCCLXX [1770], [p. VIII].

Discípulos aquilo que ordinariamente falta nas Gramáticas que há, ou está nelas proposto com menos exação”.⁴⁵

Outra forma de argumento focado na ideia do “moderno” parte da comparação com outras regiões da Europa para afirmar a relevância da obra. O editor Francisco Rolland frequentemente recorria a esses argumentos nas suas edições — neste caso, nas reedições de obras portuguesas que, depois de atingirem certa fama, tinham se tornado raras no final do século XVIII.⁴⁶ No prólogo da 4ª edição, de 1787, do *Secretário Português*, Rolland afirmava que “Em todas as Nações costuma haver um modelo, pelo qual as pessoas pouco instruídas se governem para comporem as suas cartas familiares, ou de outro qualquer gênero. [...]”, e esse modelo, para Portugal, era o livro de Cândido Lusitano.⁴⁷ Em tom semelhante de “espelhamento” civilizacional, Antônio Lobato dizia ser “indispensavelmente” necessária sua obra para a educação geral da população quanto à língua materna, principalmente porque “Esta necessidade da Gramática materna tem conhecido geralmente todas as Nações cultas; porque em todas se têm ocupado homens doutíssimos em comporem Gramáticas da sua língua”.⁴⁸ O padre João da Nossa Senhora da Porta Siqueira reproduziu esses argumentos ao publicar seu *Escola de política, ou tratado prático da civilidade portuguesa*, em 1786, dizendo que o que o animou a realizar o trabalho foi “o voto de homens Sábios, e Políticos, que consultei, e o exemplo das Nações civilizadas, que não confiaram somente dos Pais, e Mestres esta Instrução, mas lha tem dado em admiráveis Tratados”.⁴⁹

Os autores dos paratextos recorriam a outro *tropos* comum do período, qual seja, o de buscar um “método” de ensino das diversas matérias abordadas pelos livros. Partindo da obra de René Descartes, a ideia de “método” acompanhou o mercado editorial europeu do século XVIII, produzindo uma abundância de obras pautadas pela “dúvida metodológica” que partia do questionamento das opiniões aceitas e estabelecidas para proporcionar novas formas de conhecimento. Segundo Eduardo Teixeira de Carvalho Junior, a reincidência do termo em títulos de livros do período abarcava um leque de definições mais ou menos próximas daquelas apresentadas no *Discurso sobre o método*, havendo uma espécie de “domesticação” do termo pelo uso recorrente.

Entretanto, algumas obras que também levaram o termo método em seu título acabaram por provocar polêmicas e fortes reações por

⁴⁵ *Apontamentos grammaticaes e philologicos, que para uso dos seus discipulos Escreveu um professor da cidade do Porto*. Porto: na Officina de Antonio Alvares Ribeiro, 1787.

⁴⁶ Cláudio DeNipoti... *Um livro sobre livros*, op. cit. pp. 87-113.

⁴⁷ Francisco José Freire. *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas por meio de huma instrucção preliminar*, op. cit.

⁴⁸ Antonio Lobato. *Arte da grammatica da lingua portuguesa*, op. cit.

⁴⁹ João da Nossa Senhora da Porta Siqueira. *Escola de politica, ou tractado pratico da civilidade portugueza. Com as regras, e exemplos do Estylo Epistolar em todo o gênero de cartas. Acrescentado novamente com o retrato do Homem Honrado, e virtuoso, para servir de modelo, e norma á Mocidade*. Porto: na Officina. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1786.

questionarem a maneira ou o modo de estabelecer o que até então era considerado verdadeiro. Trata-se basicamente de textos que abordaram a questão do conhecimento e a sua forma de transmissão, sobretudo método de estudar e o método de ensinar, como foi o caso do *Discurso sobre o método*, de René Descartes (1637) na França e o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luis António Verney em Portugal. A partir da publicação da obra polêmica de Descartes, o método tornou-se um elemento essencial na concepção de ciência moderna, de tal maneira que hoje, dificilmente, poderia existir um procedimento que pudesse ser considerado científico sem o uso de um método.⁵⁰

O uso do termo nos títulos dos trabalhos é de uma enorme recorrência, seja no subtítulo, como no caso do *Secretário português*, cujo subtítulo é “método de escrever cartas por meio de uma instrução preliminar”; seja no próprio título, com ou sem os recorrentes adjetivos (novo, novíssimo, facílmo etc.), como, por exemplo, a *Instrução de principiantes, e novo método de se aprenderem as primeiras letras*;⁵¹ o *Novo método de gramática, para aprender com perfeição, e ainda sem uso de mestre, a língua francesa*, por De La Rue (1756);⁵² o *Novo método da gramática latina, reduzido a compêndio*, do Pe. Antonio Pereira de Figueiredo, de 1752;⁵³ ou ainda o *Novo e facílmo método de gramática francesa e portuguesa*, publicado em 1766.⁵⁴

Para além desses, vemos outros que abordam a questão do método nos seus paratextos. Na *Escola nova, cristã e política, Na qual se ensinam os primeiros rudimentos, que deve saber o Menino Cristão, e se lhes dão regras gerais para com facilidade e pouco tempo aprender a ler, escrever e contar*, de Francisco Luis Ameno, publicado em 1799 sob o pseudônimo de D. Leonor Tomásia de Souza e Silva, com uma reedição na Bahia em 1813, o autor buscava convencer o leitor na “Dedicatória”, ao justificar que escreveu a obra “para usos dos meus próprios Filhos; e vendo o muito que aproveitaram com o método que nela vedes, me parece conveniente fazê-la pública para benefício vosso”.⁵⁵ Na já citada *Instrução de principiantes...*, o autor fez eco aos debates contemporâneos

⁵⁰ Eduardo Teixeira de Carvalho Junior. “Método”. *CEIbero-Cultura e educação nos impérios ibéricos*, v. 1 (2025), pp. 148-166.

⁵¹ *Instrução de principiantes...*, op. cit.

⁵² De la Rue. *Novo methodo de grammatica, para aprender com perfeição, e ainda sem uso de mestre, a língua franceza, e de algum modo a portugueza*. Lisboa: na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1756.

⁵³ António Pereira de Figueiredo. *Novo methodo da grammatica latina, reduzido a compêndio*. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1752.

⁵⁴ François-Séraphin Regnier-Desmarais. *Novo e facillimo methodo de grammatica franceza e portugueza*, recopilado dos melhores authores... Trévoux: na Officina de A. Giniaão, 1766.

⁵⁵ Francisco Luis Ameno [D Leonor Thomasia de Souza e Silva]. *Escola nova, christã e politica, Na qual se ensinam os primeiros rudimentos, que. deve saber o Menino Christão, e se lhes dão regras geraes para com facilidade e pouco tempo aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa: na Officina. de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, 1799.

(em especial em torno das obras críticas aos Jesuítas e suas formas de educação) ao afirmar, para benefício de seus leitores, que “convinha dar razão do método, que introduzir na Escola das primeiras letras, tão diverso do que comumente se pratica em todo o Reino de Portugal”.⁵⁶

No *Breve tratado da ortografia para os que não frequentaram os estudos, ou diálogos*, de João Pinheiro Freire da Cunha, publicado pela primeira vez em 1769 sob o pseudônimo de Domingos Dionysio Duarte Daniel, com reedições em 1788, 1813 e 1814, o autor descreveu, no prólogo, como seu leitor pretendido deve considerar a obra, pois “[o]s Volumes grandes são para os homens de maiores estudos, e inteligência”. O seu “Breve tratado” feito pelo “método fundamental, conciso e perceptível” era voltado para a “utilidade do povo menos instruído, ou daqueles, que sem terem na meninice instrução alguma, hoje se acham exercendo empregos nos públicos Escritórios”. Além desses, a obra visava os meninos nas escolas, “cuja idade é incapaz de mais abundante doutrina”, para que comesçassem a aprender as regras da ortografia desde cedo, “pelas quais depois, raiando-lhes mais claramente a luz da razão, devem seguros dirigir-se”.⁵⁷

Os paratextos também permitem ao historiador acessar estratégias “editoriais” e comerciais do passado ao revelar mecanismos de convencimento e estratégias de venda dos livros, para além das demandas educacionais recenseadas até aqui. Na mesma obra de Freire da Cunha, ele ofereceu o que pode ser pensado como “argumento de venda” do seu *Breve resumo*:

A maior parte dos homens que precisam Ortografia resumida, e ao mesmo tempo mais explicada, são os que não frequentaram as Aulas: os que estudaram, mais facilmente, ou atingem dela um suficiente conhecimento, ou melhor percebem seus preceitos, quando se aplicam. Os iliterados porém não se utilizam das regras que não entendem: por isso nos presentes Diálogos evitando tudo, quanto pende de maior inteligência, exponho só, o que necessariamente se requer para a praxe comum, dando contudo a explicação necessária sobre alguns termos que servem de introdução á mesma doutrina.⁵⁸

Francisco Rolland, no Prólogo do editor... do *Secretário português*, delineou uma estratégia semelhante para justificar a reedição da obra em 1787, ao buscar consenso entre os leitores: “Todos sabem a utilidade que tem as Obras reduzidas a volumes pequenos, que facilmente se possam levar para toda a parte para onde uma pessoa for”. Visando atingir esse objetivo, ele reduziu o “volume a um de oitavo, papel limpo, e claro, bom carácter, qualidades que fazem apetecida a

⁵⁶ *Instrução de principiantes...*, op. cit. p. iii.

⁵⁷ João Pinheiro Freire da Cunha. *Breve tratado da orthografia para os que não frequentarão os estudos, ou dialogos*. Lisboa: na Officina de José da Silva Nazareth, 1769, p. iv.

⁵⁸ João Pinheiro Freire da Cunha. *Breve tratado da orthografia para os que não frequentarão os estudos, ou diálogos*, op. cit. pp. ii-iii.

Obra". O argumento é continuado com a afirmação de que ele vinha suprir uma lacuna, considerando que a primeira edição (de 1746) "é raríssima, e algum que há, se vende a peso de ouro". A edição rollandiana, porém, tinha um preço que "há de ser mais acomodado, de sorte que todos o possam comprar".⁵⁹ Em outro prefácio desse editor, dessa vez da *Origem e ortografia da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão (cuja primeira edição é de 1576), Rolland reiterou essa estratégia de republicação de obras "clássicas" de autores portugueses, afirmando que

A aceitação, com que os verdadeiros Sábios tem acolhido as minhas Impressões, cada vez mais me dá novos alentos para continuar-lhes minha gratidão. Eram já raros, e vendiam-se por sumo preço os exemplares destas [...] preciosíssimas Obras.⁶⁰

Essa prática, entre outras, fizeram de Francisco Rolland provavelmente o primeiro editor, no sentido moderno do termo, a atuar em Portugal, especialmente por manter essa linha editorial de reedição de obras, as quais ele geralmente prefaciava.⁶¹ Para além das ideias já citadas na "Dedicatória à Crítica Portuguesa" que prefaciava o *Exame crítico...*, de Francisco Nunes Cardoso, ele também tentou explicar a relevância de seu trabalho em termos de estratégias editoriais, pois trabalhos como o dele "Interessam os Impressores, que sendo os que melhor escrevem, sempre nos livros se acham esses erros sem fé de erratas, e interessa finalmente toda a Nação, porque a todos é necessário ler, e escrever com acerto".⁶²

Francisco de Melo Franco, no *Tratado da educação física dos meninos*, citado anteriormente, recorre a outro argumento editorial comum — a ausência de obras semelhantes àquela sendo oferecida ao leitor:

Vendo pois que em Português nada há escrito a este respeito, e que esta falta é de suma consideração. já pelo que pertence a cada um dos particulares, já pelo que influi na Sociedade em geral, lembrei-me de dar ao Público o fruto de minha lição, e meditada observação; e a minha lembrança foi ratificada pelos meus amigos de tanta probidade, como saber.⁶³

O mesmo tipo de argumentação foi usado por Pedro José de Figueiredo em sua *Arte da gramática portuguesa*. Tentando falar com os alunos do colégio dos nobres como leitores pretendidos, ele afirmava que o príncipe da Beira, "chegado

⁵⁹ Francisco José Freire. *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas por meio de huma instrução preliminar*, op. cit.

⁶⁰ Duarte Nunes de Leão. *Origem e orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1784.

⁶¹ Cláudio DeNipoti. *Um livro sobre livros*, op. cit. pp. 87-112.

⁶² Francisco Nunes Cardozo. *Exame critico das regras da orthografia portuguesa...*, op. cit. p. 5.

⁶³ Francisco de Melo Franco. *Tratado da educação fysica dos meninos*, op. cit.

à idade, em que, deixados os cuidados, e infantis entretenimentos, devia começar o estudo das Letras” para atingir o conhecimento necessário para exercer seu papel como “Príncipe Sábio e Virtuoso”. Assim, precisava de material para estudar a gramática portuguesa, que deveria ser a porta de entrada desses estudos. Porém, segundo ele, “faltava entre nós uma Arte, que com brevidade, e clareza compreenda todos os elementos dela sem prejuízo do tempo, que tanto se deve medir, e aproveitar [...]”.⁶⁴

O que temos, portanto, como possibilidades de construção do conhecimento histórico a partir desse tipo de paratexto? A princípio, podemos ver a busca de identificação dos autores de paratextos com seus leitores intencionados. Isso mostra que o esforço “educacional” tinha como alvo principal o público letrado, embora incluísse, frequentemente, referências abundantes e condescendentes àqueles que não haviam tido nenhuma educação formal. Isso, por si só, aponta para as contradições da sociedade de Antigo Regime, na qual a educação formal era tratada como privilégio ou mercê, mas que não estava — ou não deveria estar — restrita à nobreza. Aponta, também, para uma busca por um conhecimento “novo”, regado e “metódico” para as diversas disciplinas que se definem como tais a partir do século XVIII — em particular, neste caso, os estudos gramaticais e ortográficos portugueses.⁶⁵

Do ponto de vista da história do livro, interessa perceber o incremento editorial, verificável em diversas áreas de edição, que denota claramente tanto a demanda do público leitor (neste caso real, e não apenas pretendido pelos autores) quanto o resultado das ações da monarquia absolutista diante de um novo quadro paradigmático de conhecimento. Simultaneamente, este estudo nos permite ver, ainda que de relance, o papel das práticas educativas nas diversas formas de organização social pertinentes a Portugal e seus domínios.

Referências

- AMENO, Francisco Luis [D Leonor Thomasia de Souza e Silva]. *Escola nova, christã e politica, Na qual se ensinam os primeiros rudimentos, que. deve saber o Menino Christão, e se lhes dão regras geraes para com facilidade e pouco tempo aprender a ler, escrever e contar*. Lisboa: Officina de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, 1799.
- Apontamentos grammaticaes e philologicos, que para uso dos seus discipulos Escreveu um professor da cidade do Porto*. Porto: na Officina de Antonio Alvares Ribeiro, 1787.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, Espelho da lingua Latina, ou disposiçam para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*. Lisboa Occidental: na Officina da Musica, 1725.

⁶⁴ Pedro José de Figueiredo. *Arte Da grammatica portugueza...*, op. cit.

⁶⁵ Ver: Telmo Verdelho. “Historiografia linguística do latim ao português: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal”. In: Rolf Kemmler, Barbara Schäfer-Prieß e Roger Schöntag; *Lusofone SprachWissenschaftsGesschichte I*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2012, pp. 213-255; Rolf Kemmler. “Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latinoportuguesa nos séculos XV a XIX”. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 19 (2013), pp. 145-176.

- BACELLAR, Bernardo De Lima e Mélo. *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza...* Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.
- CAEIRO, Francisco da Gama. "Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX". *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 35 (1980).
- CARDOZO, Francisco Nunes. *Exame critico das regras da orthografia portugueza, mais acrescentado, e a que tambem se ajunta a arte da mesma orthografia conforme o novo systema*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790.
- CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. "Método". *CEIbero-Cultura e educação nos impérios ibéricos*, 1 (2025), pp. 148-166.
- CERTEAU, Michel de. "A Operação Historiográfica". In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 56-104
- CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: UNB, 1998.
- CUNHA, João Pinheiro Freire da. *Breve tratado da orthografia para os que não frequentarão os estudos, ou dialogos*. Lisboa: na Officina de José da Silva Nazareth, 1769.
- DENIPOTI, Cláudio. "'Os torpes Gallicismos, que hoje a feyão muitas traducções': a influência da língua francesa nas traduções ibéricas da virada do século XVIII para o XIX". *Revista Brasileira de História*, 43 (2023), pp. 93-114.
- DENIPOTI, Cláudio. *Um livro sobre livros: Cultura escrita em Portugal e no Brasil (1770-1820)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- FEYJO, João de Moraes Madureira. *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portuguesa: para uso do excellentissimo Duque de Lafoens...* Lisboa Ocidental: na Officina de Miguel Rodrigues, 1734.
- FIGUEIREDO, António Pereira de. *Novo methodo da grammatica latina, reduzido a compêndio*. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1752.
- FIGUEIREDO, Pedro José de. *Arte Da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil, e claro para uso do Collegio Real dos Nobres e do Seminario do Patriarcado*. Lisboa: Imprensa Regia, 1799.
- FONSECA, Pedro José da. *Rudimentos da Grammatica portugueza*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.
- FONSECA, Thais Nivea de Lima e. "Educação/instrução". *CEIbero-Cultura e educação nos impérios ibéricos*, 1 (2025), pp. 102-116.
- FRANCO, Francisco de Melo. *Tratado da educação fysica dos meninos: para uso da nação portugueza*. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1790.
- FREIRE, Francisco José. *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas por meio de huma instrucção preliminar: regras de secretaria; formulario de tratamentos, e hum grande numero de cartas de todas as especies...* Lisboa: na Officina de Domingos Gonçalves, 1746.
- GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*. [S. l.]: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1992.
- Instrucção de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras para o uso das escolas da congregação do oratorio na casa de n. senhora das necessidades. ordenado pela mesma congregação*. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1750.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 1.
- KEMMLER, Rolf. "Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latinoportuguesa nos séculos XV a XIX". *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 19 (2013), pp. 145-176.
- LA CAILLE, Nicolas-Louis de. *Curso elementar e completo de mathematicas-puras*. Trad. Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Lisboa: na Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1800.

- LA RUE, De. *Novo methodo de grammatica, para aprender com perfeiçam, e ainda sem uso de mestre, a lingua franceza, e de algum modo a portugueza*. Lisboa: na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1756.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem e orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1784.
- LOBATO, Antonio José dos Reis. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, MDCCLXX [1770].
- MARIE, Joseph François. *Explicação da formação e uso das taboas logarithmicas e trigonometricas*. Trad. Manuel Ferreira de Araújo Guimstães. Lisboa: Off. Patriarc. de João Procópio Correa da Silva, 1800
- MARTIN, Henry-Jean; FEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MELO, Livia de. "A gramática filosófica de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783)". *Confluência*, 59 (2020), pp. 166-176.
- MENESES, José Newton. "Rotas de saberes entre Europa e Américas e a edição de livros técnicos de agricultura no mundo luso-brasileiro do século XVIII e início do séc. XIX". *RILP: Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 28/29 (2015), pp. 99-119.
- MENEZES, Bento Rodrigo Pereira de Sotomaior e. *Compendio rethorico, ou arte completa de rhetorica: com methodo facil, para toda a pessoa curioza, sem frequentar as aulas, saber a arte da eloquencia...* Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira 1794.
- MONTE CARMELO, Luís de. *Compendio de orthografia*. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.
- MONTEIRO, José Luiz De Sousa. *Alfabeto portuguez exposto por hum methodo novo e facil para uso das primeiras escolas: primeira parte*. Porto: na Officina de António Alvares Ribeiro, 1797.
- PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. *Apontamentos para a Educação de Hum Menino Nobre*. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.
- REGNIER-DESMARAIS, François-Séraphin. *Novo e facillimo methodo de grammatica franceza e portugueza, recopilado dos melhores authores...* Trévoux: na Officina de A. Giniaõ, 1766.
- RIBEIRO, Ana Elisa. "Uma leitura de a mão do autor e a mente do editor, de Roger Chartier". *Matraga*, 23 (2016).
- SAINT-VALIER, Joly de, *Tratado da educação fysica, e moral dos meninos de ambos os sexos*. Trad. Luís Carlos Moniz Barreto. Lisboa: na Officina da Ac. Real das Sciencias, 1787.
- SANTOS, Antonio Cesar Almeida. "Decoro". *CEIbero-Cultura e educação nos impérios ibéricos*, (2025), pp. 73-83.
- SIQUEIRA, João da Nossa Senhora da Porta. *Escola de politica, ou tractado pratico da civilidade portugueza. Com as regras, e exemplos do Estylo Epistolar em todo o gênero de cartas. Acrescentado novamente com o retrato do Homem Honrado, e virtuoso, para servir de modelo, e norma á Mocidade*. Porto: na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1786.
- SOTOMAIOR, Francisco. *A orthographia da lingua portugueza, ou regras para escrever certo*. Lisboa: na Officina de Luiz Ameno, 1783.
- TRAGINO, Arnon. "O leitor, a leitura, o livro e a literatura na estética da recepção e na história cultural". *Revista Mosaicum*, 18 (2013), pp. 24-34. Disponível em: <https://literaturaeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/O%20leitor%2C%20o%20livro%2C%20a%20leitura%20e%20a%20literatura%20na%20Est%C3%A9tica%20da%20Recep%C3%A7%C3%A3o%20e%20na%20Hist%C3%B3ria%20Cultural%20-%20artigo%203.pdf>. Acesso em 29 de março de 2025.
- VASCONCELOS, Joao Rosado de Villa-Lobos. *O perfeito pedagogo, na arte de educar a mocidade. Em que se dão as regras da Policia, e Urbanidade Christã, conforme os usos, e costumes de Portugal*. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, 1782.
- VERDELHO, Telmo. "Historiografia linguística do latim ao português: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal". In: KEMMLER, Rolf; SCHÄFER-PRIEß, Barbara; SCHÖNTAG, Roger. *Lusofone SprachWissenschaftsGesschichte I*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2012, pp. 213-255.

VERNEY, Luís António [atribuído]. *Grammatica latina tratada por hum methodo novo, claro, e facil para uso daquellas pessoas que querem aprendella brevemente e solidamente*. Barcelona: [s. n.], 1758.

Contribuição recebida em: 26 de junho de 2025.

Aceita em: 26 de outubro de 2025.